

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(do Sr. Marcel van Hattem - NOVO/RS e General Pazuello - PL/RJ)

Apresentação: 14/06/2023 15:31:26.163 - CREDN

REQ n.58/2023

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) para debater aspectos relativos à Operação Acolhida realizada pelo Governo Federal.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para a discussão de aspectos relativos à Operação Acolhida, realizada pelo Governo Federal.

Neste contexto, para as apresentações e debates, sugere-se o convite à participação da Autoridade e/ou Representantes das Entidades que seguem:

- 1) General de Divisão Helder de Freitas, Comandante da Operação Acolhida;
- 2) Delegado Federal Ronaldo Guilherme Campos, Superintendente da Polícia Federal em Roraima;
- 3) Sr. Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS);
- 4) Sra. Maria Teresa Belandria, ex-embaixadora da Venezuela no Brasil;

JUSTIFICAÇÃO



Segundo o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 7 milhões de pessoas já deixaram a Venezuela em busca de proteção e condições dignas de vida. Desse total, cerca de 6 milhões se encontram em países da América Latina e do Caribe, sendo o Brasil o quinto país que mais acolheu venezuelanos.

Ante a esse intenso fluxo migratório, o Governo brasileiro criou em 15 de fevereiro de 2018, por meio da Medida Provisória nº. 820/2018, posteriormente convertida na Lei nº. 13.684, de 21 de junho de 2018, a Operação Acolhida, prevendo medidas de assistência emergencial para acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade, visando à proteção e à garantia de direitos das pessoas migrantes e refugiadas, provenientes da República Bolivariana da Venezuela.

Desde sua criação, até 29 de maio de 2023, por meio dessa Operação, o Governo brasileiro já recebeu cerca de 460.000 migrantes e refugiados venezuelanos, que ademais da fuga das condições desumanas atualmente existentes na Venezuela, entraram no Brasil, buscando atendimento médico, alimentação e novas oportunidades. Dados de janeiro do corrente ano mostram que quase 207.000 venezuelanos já se encontram no Cadastro Único do Governo Federal brasileiro, e desse total, 3.800 já recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros 135.500, o Bolsa Família.

O Brasil tem se destacado no auxílio humanitário perante o mundo, uma vez que a Operação Acolhida é empreendida por diferentes órgãos e agências nacionais e internacionais como: as Forças Armadas brasileiras; o Ministério da Cidadania; a Polícia Federal; a Receita Federal; a Defensoria Pública da União (DPU); o Tribunal de Justiça de Roraima; a Organização das Nações Unidas e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, dentre outras.

As relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, principalmente após a posse do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (“Lula”), vêm se estreitando perigosamente, gerando uma série de dúvidas acerca da posição do Brasil face à crise humanitária existente no país vizinho. Os questionamentos são razoáveis, uma vez que o presidente Lula afirmou que a situação na Venezuela não passa de “mera narrativa”.

São notórias as mazelas sociais que a Venezuela enfrenta diuturnamente com o governo ditatorial que comanda o país. Ao invés de promover a democracia, Nicolás Maduro expulsa seu povo pela perseguição ideológica, pela fome, pelas doenças e pela pobreza generalizada, fato que, por si só, torna qualquer afinidade com Maduro algo extremamente preocupante.

Considerando a aproximação cada vez maior entre o Presidente Lula e o atual Ditador Venezuelano, bem como o fundamental serviço humanitário prestado pela nossa Operação Acolhida aos venezuelanos, que têm encontrado refúgio em solo brasileiro, apresenta-se a presente proposição de Audiência Pública. É essencial que os Parlamentares desta Comissão compreendam as diretrizes e resultados da mencionada Operação, assim



como questionem aos Representantes das Autoridades envolvidas sobre sua continuidade.

Ante ao exposto, os parlamentares signatários pedem apoio aos nobres pares, com o intuito de aprovar o requerimento em tela, com o propósito de realizar audiência pública para debater acerca da Operação Acolhida.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 2023.

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO-RS)

GENERAL PAZUELLO
(PL-RJ)





Requerimento de Audiência Pública **(Do Sr. Marcel van Hattem)**

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) para debater aspectos relativos à Operação Acolhida realizada pelo Governo Federal.

Assinaram eletronicamente o documento CD230466525800, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)
- 2 Dep. General Pazuello (PL/RJ)

